



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
LICENCIATURA EM LÍNGUA PORTUGUESA E LITERATURAS
CAMPUS ITAPECURU

MARIA LAINE MENDONÇA ARAÚJO

OS DISTINTOS FALARES BRASILEIROS: as concepções de Marcos Bagno sobre
o preconceito linguístico na sociedade brasileira

Itapecuru Mirim - MA
2019

MARIA LAINE MENDONÇA ARAÚJO

OS DISTINTOS FALARES BRASILEIROS: as concepções de Marcos Bagno sobre o preconceito linguístico na sociedade brasileira

Monografia apresentada ao curso de Letras – Licenciatura em Língua Portuguesa e literaturas, da Universidade Estadual do maranhão – UEMA, Campus de Itapecuru Mirim, para obtenção do grau de Licenciatura.

Orientadora: Prof^a. Esp. Helena Gomes Alves

Itapecuru Mirim - MA
2019

Araújo, Maria Laine Mendonça.

Os distintos falares brasileiros: as concepções de Marcos Bagno sobre o preconceito linguístico na sociedade brasileira / Maria Laine Mendonça Araújo. – Itapecuru-Mirim, MA, 2019.

... f

Monografia (Graduação) – Curso de Licenciatura em Língua Portuguesa e Literatura de Língua Portuguesa, Centro de Estudos Superiores de Itapecuru-Mirim, Universidade Estadual do Maranhão, 2019.

Orientador: Profa. Ma. Helena Gomes Alves.

1.Língua. 2.Preconceito linguístico. 3.Sociedade. 4.Variações linguísticas.
I.Título

CDU: 81'271.16(81)

MARIA LAINE MENDONÇA ARAÚJO

OS DISTINTOS FALARES BRASILEIROS: as concepções de Marcos Bagno sobre o preconceito linguístico na sociedade brasileira

Monografia apresentada ao curso de Letras – Licenciatura em Língua Portuguesa e literaturas, da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, Campus de Itapecuru Mirim, para obtenção do grau de Licenciatura.

Orientadora: Prof^a. Esp. Helena Gomes Alves

Aprovada em: ____/____/____

Banca examinadora

Prof^a. Esp. Helena Gomes Alves (Orientadora)

2º Examinador

3º Examinador

Dedico este trabalho primeiramente a Deus que iluminou meu caminho durante esta longa jornada e segundo a minha família e amigos que torceram por mim, dando-me apoio para que eu pudesse tornar esse sonho realidade.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a instituição por oferecer uma graduação de tamanha importância, que é o curso de letras, disponibilizando professores capacitados para melhor atender as necessidades dos discentes, a esses o meu total respeito e admiração, pois proporcionaram conhecimentos na área de língua portuguesa, desenvolvendo minhas habilidades para exercer a docência.

A minha orientadora Helena Gomes Alves, que me ajudou na realização deste trabalho, com toda sua dedicação e paciência. A meus colegas de turma que também contribuíram me dando força e apoio ao longo desses quatro anos, em especial a minha equipe *As marias*, com quem juntas vencemos cada etapa desse longo processo da graduação.

A minha família e amigos que depositaram confiança em mim, acreditando na minha capacidade, vivendo esse sonho junto comigo. Enfim, agradeço a todas as pessoas que fizeram para desse momento tão importante. Aqui deixo os meus sinceros agradecimentos.

RESUMO

O presente trabalho aborda as ponderações do linguista Marcos Bagno sobre o preconceito linguístico na sociedade brasileira. E para expor essa temática, foi realizado um estudo bibliográfico, pautado nas concepções de Saussure (1970), Marcuschi (2007), Signorini (2002), Soares (2007), Bagno (2007), entre outros renomados que trazem reflexões na área da sociolinguística, consultando também nos Parâmetros Curriculares Nacionais-PCNs, que norteiam as diretrizes educacionais. Nesse aspecto, faz-se necessário expor a concepção de língua, a imagem do português padrão disseminada na sociedade e as variações linguísticas, relacionando-as com a sociedade, visto que as compreender, é fundamental para perceber as causas originárias do preconceito. Este, que será explanado perante as concepções de Bagno, com a análise do preconceito linguístico nos livros “preconceito linguístico o que é, como se faz”; “A língua de Eulália: novela sociolinguística” e “Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística”. Destarte, é de suma importância discutir um tema relativo à educação e sociedade brasileira, para que as discussões elencadas aqui, sirvam de reflexões para amenizar essa prática social.

Palavras chaves: Língua. Preconceito Linguístico. Sociedade. Variações linguísticas.

ABSTRACT

This paper addresses the considerations of linguist Marcos Bagno about linguistic prejudice in Brazilian society. And to expose this theme, a bibliographical study was conducted, based on the conceptions of Saussure (1970), Marcuschi (2007), Signorini (2002), Soares (2007), Bagno (2007), among other renowned ones that bring reflections in the area of also referring to the National Curriculum Parameters-PCNs, which guide the educational guidelines. In this aspect, it is necessary to expose the conception of language, the image of standard Portuguese disseminated in society and the linguistic variations, relating them to society, since understanding them is fundamental to understand the root causes of prejudice. This, which will be explained before Bagno's conceptions, with the analysis of linguistic prejudice in the books "linguistic prejudice what is, how it is done"; "The language of Eulalia: sociolinguistic novel" and "Nothing in the language is by chance: for a pedagogy of linguistic variation". Thus, it is extremely important to discuss a theme related to education and Brazilian society, so that the discussions listed here, serve as reflections to soften this social practice.

Keywords: Language. Linguistic Prejudice. Society. Linguistic variations.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 1 – Livro Preconceito linguístico o que é, como se faz	32
Quadro 1 – A mitologia do preconceito linguístico	33
Quadro 2 – As “dez cisões”	39
Imagem 2 – Livro A língua de Eulália: novela sociolinguística	39
Imagem 3 – Livro Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística.....	42

LISTA DE ABREVIATURAS

LPB	-	Língua Portuguesa Brasileira
PB	-	Português Brasileiro
PP	-	Português Padrão
PNP	-	Português não padrão

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 A INDISSOCIABILIDADE ENTRE LÍNGUA E SOCIEDADE BRASILEIRA	14
2.1 A imagem de “Português padrão” como instrumento de poder	18
2.2 As variações linguísticas como recurso de comunicação social	21
3 O PRECONCEITO LINGUÍSTICO	24
3.1 Afinal, o que é erro de português?.....	28
4 METODOLOGIA.....	31
5 ANÁLISE DE DADOS E DISCUSSÕES DOS RESULTADOS	32
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	46
REFERÊNCIAS	48

1 INTRODUÇÃO

A comunicação é um fator indispensável para a língua, desse modo, quando se faz necessário expressar alguma emoção, anseio ou desejo, é comum que as pessoas utilizem dialetos próprios do contexto social que vivenciam, podendo ou não, serem respeitadas pelos que não fazem parte do mesmo grupo social, por isso, todos os falantes das variedades da língua estão sujeitos aos julgamentos do público ouvinte, concomitantemente ao preconceito linguístico.

Segundo Bagno, “o preconceito linguístico está ligado, em boa medida, à confusão que foi criada, no curso da história, entre língua e gramática normativa”. (BAGNO, 2007, p. 09) Por conseguinte, necessita-se de um estudo aprofundado sobre o assunto, para que se possa compreender os fatores influentes nessa confusão, que atinge milhares de pessoas deixando marcas irreparáveis.

Nesse aspecto, partindo da problemática, de como se desenvolve o preconceito linguístico na sociedade brasileira, com uma das possíveis hipóteses, de que por não conhecer ou ignorar a relevância das variações linguísticas, a sociedade letrada julga com atitudes que menosprezam o uso da fala por apresentarem diferenças, busca-se expor as respostas para essa indagação.

É de grande relevância para ciência linguística pesquisar os fatores que abarcam à prática de atitudes discriminatórias com a linguagem, geradora do preconceito linguístico, que atingi em sua maior parte aqueles que não obtiveram acesso à educação, como afirma Marcos Bagno: “Como a educação ainda é privilégio de muita pouca gente em nosso país, uma quantidade gigantesca de brasileiros permanece à margem do domínio de uma norma culta”. (BAGNO, 2007, p. 15)

Perante a essa abordagem, analisa-se à temática, que é de fundamental importância, uma vez que, tem o intuito de contribuir para amenizar a exclusão social ocasionada pelo uso diversificado da linguagem, trazendo um conteúdo ancorado nas concepções do linguista Marcos Bagno, com a finalidade de discorrer sobre as ponderações do autor, que explica o que vem a ser o preconceito linguístico, como e por que ele acontece, assim como elencar meios para combatê-lo.

Assim sendo, as implicações discursivas que reiteram a ideia de preconceito linguístico dar-se à por diversos fatores, entre eles, consta-se a faixa etária, classe social, grau de escolaridade, religião, entre outros, que juntos validam a diversidade social do país. Assim, a discussão manifestada nesse trabalho, em decorrência das

variações linguísticas, pretende sintetizar tanto os fatores socioeconômicos citados anteriormente, quanto a distinção da língua em padrão e não-padrão, que também implica nesse processo.

Deste modo, o marco diferencial deste trabalho em relação a outros já existentes, é a busca incessante de apresentar um tema que faz parte do cotidiano brasileiro, estando inteiramente ligado a língua portuguesa e que muitos não têm o conhecimento ou ignoram o fato de existir e de cometerem o preconceito linguístico involuntariamente.

Diante dessa disparidade educativa, as ponderações aqui expostas, objetivam verificar as abordagens de Marcos Bagno sobre o tema, averiguar medidas que possam causar consciência nos falantes da língua portuguesa a respeito do preconceito linguístico existente no meio social brasileiro, para que venham refletir acerca das variações no uso da língua, de forma a não inferiorizar aqueles que não tem domínio da norma culta.

Todavia, para expor os resultados das investigações postuladas sobre o preconceito linguístico, seguindo o enfoque do método qualitativo explicativo, buscou-se investigar as concepções de Marcos Bagno sobre o preconceito linguístico na sociedade brasileira, bem como refletir sobre medidas que possam solucionar a problemática que rege sobre esse assunto.

Assim, esse trabalho está estruturado em capítulos. Onde inicialmente aborda “A indissociabilidade entre língua e sociedade brasileira”, apresenta a definição de língua e sua relação com a sociedade, pontua sobre a imagem de português padrão e as variações linguísticas, desse modo, para trazer essa abordagem foi recorrido aos estudos bibliográficos dos linguistas Saussure, Marcuschi, Signorini Marcos Bagno, Martelotta e ainda ao documento Parâmetros curriculares Nacional (PCN).

Na sequência relata a concepção de preconceito linguístico, elencando informações precisas sobre tudo aquilo que rege em torno desse tipo de preconceito, tais como, o que é, como se estabelece na sociedade, suas consequências para a população. E ainda se faz uma abordagem do que seja “erro de português”, visto que este é um fator influente na proliferação do preconceito.

Posteriormente tem-se a metodologia, que dita os passos constituintes da pesquisa bibliográfica, selecionando conteúdos que mostram as concepções de língua e suas variações, a sociedade brasileira e finalizando com o que motivou a realização deste trabalho, o preconceito linguístico. Desse modo a apuração de dados encontra-

se pautada nos estudos linguísticos renomados no campo da sociolinguística, tais como Bagno, Bortoni, Marcuschi, Preti, Prodanov, Saussure, Signorini, Soares, entre outros.

Para completar, apresenta-se a análise de dados e discussões dos resultados, por meio das obras: “Preconceito linguístico o que é, como se faz”; “A língua de Eulália: novela sociolinguística” e “Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística” de Marcos Bagno, onde detalha os aspectos abordados pelo autor sobre tudo que compete ao preconceito linguístico, provocando reflexões e um aprendizado original.

2 A INDISSOCIABILIDADE ENTRE LÍNGUA E SOCIEDADE BRASILEIRA

Estudiosos na área da sociolinguística apresentam novidades no que tange as visões reais da língua, idealizando-a como um evento dinâmico, sendo, portanto, alterável, empregada para promover a interação social dos indivíduos no cotidiano, fortalecendo a relação indissociável com a sociedade brasileira.

Como menciona Marcos Bagno, “a língua é uso e também resultado do uso”, (BAGNO, 2002, p. 26) logo, há uma forte relação de dependência entre língua e sociedade. Visando discorrer de forma sistematizada sobre essa relação, este capítulo apresenta abordagens de grande valor social, objetivando explicar a maneira como vem se difundindo historicamente a indissociabilidade.

Inicialmente faz-se necessário apresentar as definições de língua na visão de diferentes teóricos, essa que proporciona a comunicação humana, consentindo a interação social em diversos contextos. Segundo a concepção de Ferdinand Saussure, precursor nos estudos da Sociolinguística, a língua é “um sistema de signos que exprimem ideias, e é comparável, por isso, à escrita, ao alfabeto dos surdos-mudos, aos ritos simbólicos, às formas de polidez, aos sinais militares etc., ela é apenas o principal desses sistemas”. (SAUSSURE, 1970, p. 24)

Para esse sistema de signos linguístico, ele estabelece uma relação de união, classificada em significado e significante, este está relacionado a imagem acústica, ou seja, a representação psíquica da palavra, enquanto o significado ao conceito, resultando na concepção que abrangem um termo, juntos compõe uma totalidade inseparável. A respeito desse sistema posto por Saussure, Mario Martelotta explica:

Assim sendo, as faces que compõe o signo linguístico são ambas psíquicas e estão ligadas em nosso cérebro, por um vínculo de associação. Sendo assim, o significante, também chamado de *imagem acústica*, não pode ser confundido com o som matéria, algo puramente físico, mas deve ser identificado com a impressão psíquica desse som, a representação da palavra enquanto fato de língua virtual, estando a fala absolutamente excluída dessa realidade [...] a outra face do signo, o significado, também chamando de *conceito*, representa o sentido que é atribuído ao significante [...] daí o entendimento de que o signo, unidade constituinte do sistema linguístico, resulta da associação de um conceito com uma imagem acústica. (MARTELOTTA, 2017, p.119)

Desse modo, as faces que Saussure institui no signo linguístico, se decompõe de maneira interdependente em *langue* (língua), mencionado por ele como social e *parole* (fala), sendo particular do sujeito, ele pontua a língua como produto

determinado pela sociedade, sendo assim, o indivíduo utiliza-se dela para se congrega socialmente, no entanto, não há propriedade subjetiva na construção desse produto.

Ainda que Saussure (1970) abranja a língua em sua extensão social, como um sistema de signos linguísticos ativo, isto é, produto social em curso da língua e ao mesmo tempo, um anexo de combinações seguidas pelos grupos sociais, ele a ver de forma homogênea, quando pontua sua delimitação na fala. Para o autor, a heterogeneidade está contida apenas na linguagem, que é particular do indivíduo.

Em consonância ao ponto de vista de Saussure, Marcuschi define a língua como uma atividade dinamicamente social, no entanto discorda do fato de que ela seja homogênea. Desse modo, ele alega: “toda vez que emprego a palavra língua não me refiro a um sistema de regras determinado, abstrato, regular e homogêneo [...] Ao contrário, minha concepção da língua pressupõe um fenômeno heterogêneo”. (MARCUSCHI, 2007, p. 43)

Assim sendo, ele determina que essa heterogeneidade possibilita as diversas maneiras de manifestação do pensamento, sendo, portanto, a língua ativa e modificável pela sociedade, decorrente das ocasiões de uso concreto da fala e os contextos sociais dos falantes que a exercitam, e ainda, pode ser determinada como um fator histórico produto de práticas sociais.

Marcuschi pontua que, sob o viés semântico e sintático a língua incide de modo indeterminado, ou seja, permanece verificada pelas categorias de produção, que envolvem concomitantemente escrita e fala, pois, é na condição de uso real que ela se estabelece e vai se desenhando historicamente.

Corroborando com essa concepção, Marcos Bagno igualmente pontua a língua como “heterogênea”, isto é, permanece em constante variação, o que representa um país de múltiplas civilizações marcada por distintos falares. Entretanto, ela ainda é prevalecida como um meio de opressão pela sociedade letrada, que não aceita as variações linguísticas das camadas menos favorecida, o que resulta na discriminação e preconceito.

Constituindo a possibilidade de modificações advindas do seu uso concreto, a língua não se trata de um produto acabado, a preferência do uso da linguagem se produz conforme as necessidades de interação social de cada falante. Não configurando, portanto, um sistema abstrato, ela deve ser posta como “contexto”, pois está inteiramente pertinente ao ambiente social do indivíduo.

Desse modo ele afirma:

A língua não é uma abstração: muito pelo contrário, ela é tão concreta quanto os mesmos seres humanos de carne e osso que se servem dela e dos quais ela é parte integrante. Se tivermos isso em mente, poderemos deslocar nossas reflexões de um plano abstrato - “a língua” - para um plano concreto – os falantes da língua. (BAGNO, 2002, p. 23)

A língua consente os cidadãos de distintas raças, culturas e costumes se comunicarem diariamente, na tentativa de expressar suas emoções, anseios, desejos, entre outras necessidades inerentes ao ser humano. Dessa forma, carrega consigo uma grande importância social e cultural, uma vez que, a partir disso se compreende as representatividades de uma sociedade, e é através da língua que o homem estabelece seu espaço na coletividade, como afirma Signorini:

A língua se relaciona com sociedade porque é a expressão das necessidades humanas de se congregarem socialmente, de construir e desenvolver o mundo. A língua não é somente a expressão da alma, ou do íntimo, ou do que quer que seja, do indivíduo; é acima de tudo, a maneira pela qual a sociedade se expressa como se fosse a sua boca.” (SIGNORINI, 2002. p.76-77)

Em consonância a esse ponto de vista, Marcos Bagno estabelece uma relação indissociável entre língua e sociedade, quando ele afirma: “[...] nossa vida só faz sentido em sociedade. E a linguagem é, de certo, o nexo mais poderoso que mantém uma comunidade humana interligada, intraligada, coesa”. (BAGNO, 2014, p.11) É nesse sentido que ele as compara com uma moeda, e tentar separá-las é como negar a existência de uma de suas faces.

Todavia, a língua possui mudanças etnológicas originárias de culturas e costumes diversos. Contudo, as alterações não estão restritas apenas ao visível, visto que, entre os grupos sociais as peculiaridades da fala encontram-se repletas de diferenças notáveis, estas que por vezes se colocam de maneira preconceituosa, estabelecendo um fato linguístico e social configurando a área de ação da Sociolinguística.

Entendida como manifestação da vida em sociedade, o estudo da língua pode ligar-se à sociologia, abrindo-se, a partir daí, campos novos de pesquisa, em especial o da sociolinguística. Os estudos desta disciplina tiveram grande desenvolvimento nas décadas de 50 e 60 nos Estados Unidos e o interesse despertado pelas pesquisas deve-se, possivelmente, a grande divulgação dos estudos de comunicação, a necessidade de maior aproximação com outros povos, ou de conhecimento melhor da própria comunidade. (PRETI, 1982, p. 03)

A Sociolinguística abrange uma área de grande relevância para a população, seus estudos abordam problemas relacionados a estrutura linguística e social de uma comunidade, uma vez que, entre sociedade e língua não existe relações de simples acaso, pois ao nascer o falante é concebido por uma variedade de signos linguísticos que fazem parte do contexto ao qual está inserido. Dessa forma, a sociolinguística atua expondo a sistematização dessas variações, no intuito de privilegiar a diversidade linguística.

A respeito dessa diversidade Bagno cita que:

Ao não reconhecer a verdadeira diversidade do português falado no Brasil, a escola tenta impor sua norma linguística como se ela fosse, de fato, a língua comum a todos os 160 milhões de brasileiros, independentemente de sua idade, de sua origem geográfica, de sua situação socioeconômica, de seu grau de escolarização etc. (BAGNO, 2007, p. 15)

Tento em vista, que a escola é a instituição social sistemática responsável pela formação de cidadãos competentes de atuar na coletividade, deverá promover harmonia de seus conteúdos de ensino com as demandas sociais, subsidiando o ensino-aprendizado essencial para proporcionar o desenvolvimento e a socialização de seu público alvo, fortalecendo seu compromisso com a sociedade na construção da cidadania. Como determina os parâmetros curriculares nacionais - PCNs:

A escola, na perspectiva de construção de cidadania, precisa assumir a valorização da cultura de sua própria comunidade e, ao mesmo tempo, buscar ultrapassar seus limites, propiciando às crianças pertencentes aos diferentes grupos sociais o acesso ao saber, tanto no que diz respeito aos conhecimentos socialmente relevantes da cultura brasileira no âmbito nacional e regional como no que faz parte do patrimônio universal da humanidade. (BRASIL, 1997, p. 34)

É nesse sentido, que o ensino escolar deve entrar em consonância a diversidade que a língua possui, vinculando-se aos diferentes modos de uso da fala dentro de uma sociedade, de modo que os falantes possam se comunicar no cotidiano fazendo uso de expressões originárias do local que habitam, ou seja, a variedade sociocultural, por vezes relacionada a diversos fatores, como grau de escolaridade, faixa etária, sexo e cultura resultando no desenvolvimento de grupos sociais.

Os grupos sociais, são formados por indivíduos que partilham de objetivos em comuns, seja religião, política, cultura, profissão, entre outros. Visto que a sociedade se compõe em decorrência de uma vasta contradição social, que dividem os grupos

mediante as classes as quais pertencem, superiores e oprimidas, estabelecendo diferenças de status social. Nessa perspectiva, Marcos Bagno pontua:

São essas graves diferenças de status social que explicam a existência, em nosso país, de um verdadeiro abismo linguístico entre os falantes das variedades não-padrão do português brasileiro — que são a maioria de nossa população — e os falantes da (suposta) variedade culta, em geral mal definida, que é a língua ensinada na escola. (BAGNO, 2007, p. 16)

Isso porque ao longo do tempo difundiu-se que a linguagem implica status social, ou seja, aqueles que dominam a “norma culta” estabelecida pela gramática normativa são considerados detentores do saber, pois utilizam a suposta “forma correta de falar”, enquanto os que não seguem esse padrão, isto é, a classe oprimida da sociedade, está sujeita ao preconceito linguístico. Assim, permanece na sociedade brasileira o abismo linguístico que divide a língua em padrão e não padrão, tema que será discutido no item a seguir.

2.1 A imagem de “Português padrão” como instrumento de poder

No Brasil, a língua oficial é o Português, denominada pela linguística moderna de “língua portuguesa brasileira” - LPB disseminada nos diversos âmbitos da sociedade, instruída nas escolas, esclarecida nas gramáticas normativas e acentuada nos dicionários. Se propaga através dos meios de comunicação, literatura, leis e decretos, entre outros. A esse idioma foi atribuído uma imagem de “padrão”, em decorrência de ordem histórica, econômica, social e cultural.

Nessa perspectiva, Bortoni alega:

O prestígio associado ao português padrão é sem dúvida um valor cultural muito arraigado, herança cultural de cinco séculos de existência como nação. Podemos e devemos questioná-lo, desmistificá-lo e demonstrar sua relatividade e seus efeitos perversos nas perpetuações das desigualdades sociais, mas negá-lo, não há como. (BORTONI, 2005, p. 14)

Considerando os registros históricos sobre a implantação do Português no Brasil ocorrido no período colonial, é notável que desde o princípio esse idioma exerceu domínio sobre outros. Visto que, quando os portugueses aqui chegaram, já havia uma população de falantes de outras línguas maternas pertencentes a esse país, os indígenas, estes foram obrigados a aprender uma nova língua, advinda de Portugal, o

que se pode considerar as primeiras marcas de imposição do Português Brasileiro - PB contra os oprimidos, ou seja os falantes do português não padrão – PNP.

E assim, ao longo do tempo o PB se difundiu historicamente e ancorado nos princípios gramaticais de Portugal, foi estabelecido a “norma padrão”, que impõe a maneira “correta” de falar e escrever nosso idioma. Fato esse, que faz os falantes do “português padrão” - PP se julgarem superiores, tornando o português um instrumento de poder sobre aqueles que não seguem essa norma, ou seja, os falantes das variedades linguísticas.

No que diz respeito ao ensino do Português no Brasil, o grande problema é que esse ensino até hoje, depois de mais de cento e setenta anos de independência política, continua com os olhos voltados para a norma linguística de Portugal. As regras gramaticais consideradas “certas” são aquelas usadas por lá, que servem para a língua falada lá, que retratam bem o funcionamento da língua que os portugueses falam. (BAGNO, 2007, p. 26)

Todavia, é notório que a LPB comporta uma multiplicidade de dialetos em constante transformação, isso faz com que os protótipos linguísticos variem da escrita para a oralidade, perpetuando a discriminação. Desse modo, embora o PB permaneça enraizado a séculos, é imprescindível que ele se mantenha intacto dentro de um país marcado por vastas transformações, advindas de influências culturais diversas.

Cabe destacar, que a língua escrita é de forte influência na propagação do PP, pois possui uma imagem de grande prestígio difundida ao longo da história, isso porque ela marca o início da comunicação não verbal humana, por meio dos desenhos nas paredes (pinturas rupestres), possibilitando o homem de expressar suas necessidades. Por isso, ao discorrermos sobre a escrita, logo concebemos o uso da palavra, que permite organizar ideias transmitindo-as para o papel.

Diante do exposto, Magda Soares declara:

A escrita que, fora das paredes da escola, serve para a interação social, e é usada em situações de enunciação (escrevem-se cartas, bilhetes, registram-se informações, fazem-se anotações para apoio à memória, leem-se livros, jornais, revistas, panfletos, anúncios, indicações de trânsito, nomes de ruas, de ônibus etc.), dentro das paredes da escola assume um caráter falso, artificial, descontextualiza-se: fazem-se “redações” ou “composições” com uma função puramente escolar. (SOARES, 2007, p. 106)

Assim, a autora aborda a grandiosidade que a escrita possui, na medida em que tem função relevante na interação social, no entanto, concebe-se restrita no ambiente escolar. Vale ressaltar o quão necessária foi desde os primórdios da

humanidade, pois consentiu ao homem fazer registros documentais de acontecimentos históricos, permitindo a população contemporânea o acesso a informações de séculos passados.

Foi subsídio de grande valia contribuindo no desenvolvimento social, cultural, político e econômico da sociedade em geral, favorecendo os avanços que se sucederam ao longo da história, filosóficos, científicos e tecnológicos, pois o registro documental de conhecimentos antepassados possibilitou o avanço nas pesquisas, obtendo novas descobertas.

Deste modo, a grande representatividade da escrita coloca-a em um nível superior ao da fala, nesse aspecto, é possível compreender que há diferença entre as ações de cognição da oralidade com a grafia. Sendo a escrita fator atuante na disseminação da norma padrão, já que atende às requisições de uso linguístico formal estabelecido pela gramática, enquanto a fala abrange os distintos modos de uso da língua ignorando os aspectos gramaticais.

Assim, é de suma importância destacar que a condição de conservadorismo da escrita estar sujeita da atuação política do homem, uma vez que, as regras ortográficas consistem-se perante leis e decretos, desse modo elas podem continuar as mesmas por longo período. Enquanto a fala, foge a essas normas estando em constante movimentação, são essas questões que mostram a real diferença entre a língua falada e escrita.

A língua escrita serve como registro permanente é usada para a transmissão do saber e da cultura, e muitas vezes é até interessante que ela permaneça sem muitas mudanças, para que a gente possa ler com facilidade documentos antigos e livros impressos há muito tempo. O que não podemos admitir é que ela seja usada como um “instrumento de tortura” ou uma “prisão” para a língua falada. Nunca é demais lembrar que o homem fala há milhões de anos e que as primeiras formas de escrita datam apenas de 3.500 antes de Cristo. (BAGNO, 2008, p. 87)

Nessa perspectiva Bagno (2008) vem nos mostrar que mesmo diante do prestígio concebido a escrita, cabe destacar a importância da oralidade, pois ela é crucial no desenvolvimento da comunicação humana, visto que nem todos os seres na sociedade possuem domínio da grafia por não conterem a alfabetização, fazendo da fala o único meio de expressar suas ideias. Sendo, que ela advém de um processo natural do ser humano, alcançado por meio oral da palavra, é inovadora e espontânea na medida em que carrega consigo particularidades distintas de uso. Contudo, ela é

marginalizada por fugir à norma padrão, principalmente quando falada pelos grupos de classes oprimidas da sociedade.

Essa marginalização, é consequência do PP, posto pela gramática normativa que exerce seu poder diante das variedades da língua. Nesse contexto, Marcos Bagno faz uma comparação designando a língua como um “enorme iceberg flutuando no mar do tempo”, (BAGNO, 2007, p. 09) uma vez que a gramática normativa é apenas a “descrição de uma parcela dele”, a denominada “norma culta”, ou seja, a língua vai além das normas que estabelecem uma forma única e “correta” de comunicação, taxada de “língua padrão” e que considera as demais variedades como “erradas”.

Diante do exposto é sabido que para proporcionar a comunicação social, a fala está sujeita a variações linguísticas, pois, embora no Brasil o português seja a língua falada pela grande maioria da população, esse oferece um elevado nível de variabilidade que comporta os diversos falares representativos da cultura brasileira, o que seja abordado no item a seguir.

2.2 As Variações linguísticas como recurso de comunicação social

É notório que a língua enquanto produto social está sujeita a modificações, denominadas de fenômeno da variação linguística, o que se dá em decorrência das situações que afetam os sujeitos falantes, entre as quais, destacam-se o momento histórico, espaço geográfico, fator sociocultural e socioeconômico. Diante a essas condições, é notável que mesmo dentro de um mesmo país com seu idioma comum à toda nação, a forma de uso da língua é diferente nos meios sociais.

A variação é constitutiva das línguas humanas, ocorrendo em todos os níveis. Ela sempre existiu e sempre existirá, independentemente de qualquer ação normativa. Assim, quando se fala em “Língua Portuguesa” está se falando de uma unidade que se constitui de muitas variedades. (Bagno, 2007, p. 19)

Por conta da sua relevância e predomínio em todos os âmbitos da sociedade, a variação linguística tornou-se objeto de estudo das disciplinas dialetologia, que utiliza o espaço geográfico para realizar levantamentos de dados, aplicados na elaboração dos Atlas Linguístico das regiões brasileiras de norte a sul do país. E a segunda é a sociolinguística, dedicada a estudos centrados no contexto social dos pequenos grupos sociais, para isso, observa os falantes de acordo com o grupo de

fatores: grau de escolaridade, sexo, faixa etária, nível social e cultural a qual pertencem.

Essa última que interessa discutir neste trabalho, pois compreendem as variações resultantes da linguagem original e características das comunidades brasileiras, tendo em vista, que esse fator possui influência sobre a língua. Desse modo, essas variedades socioculturais, também denominadas “diastráticas”, estabelecem seus estudos dentro de uma comunidade específica, atentando-se ao dialeto utilizado pelo indivíduo pertencente a esse meio, que em decorrência do contexto ao qual pertence, adota uma linguagem que melhor possa expressar e transmitir seus pensamentos.

Esses fatores individuais, no entanto, repetem-se, com relativa uniformidade nos vários grupos de uma comunidade, criando comportamentos linguísticos coletivos, em que se percebe a ação maior ou menor daquelas influências, bem como de outras, mais amplas, como, por exemplo, das próprias classes sociais (alta, média e baixa), catalogadas segundo seu poder econômico, mas com reflexos evidentes no seu grau de cultura (conhecimento). (PRETI, 1982, p. 24)

Logo, são os fatores influentes (social e cultural) que diferenciam os grupos sociais, visto que, eles se formam por obterem vínculos em comum, e seus comportamentos linguísticos são resultantes da necessidade de compartilhar informações de interesse coletivo. Como diz Vendryes (1968) citado por Preti (1982): “o uso não é a arbitrariedade. É completamente posto a ela. É determinado sempre pelo interesse da comunidade, que, neste caso, é a necessidade de ser compreendida”. (VENDRYES apud PRETI, 1982, p. 46-47)

Em suma, perceber que as variações representam a identidade cultural de uma sociedade, fazendo com que indivíduos carreguem traços linguístico de seus antepassados e possam utilizar a fala de diversas maneiras, contribui para que possamos compreender sua total representatividade, visto que, seu objetivo principal é promover interação social, desse modo as variações contribuem ao passo de apresentar a língua em modificação, vastamente ligada ao contexto social dos falantes.

Para a Sociolinguística variacionista, a variação não é um simples acaso, e sim, um fenômeno que reflete as influências linguísticas e extralinguísticas do uso real da língua. Pois, segundo Mario Eduardo Martelotta: “a abordagem variacionista baseia-se em pressupostos teóricos que permitem ver regularidade e sistematicidade

por trás do aparente caos da comunicação do dia a dia. Procura demonstrar como uma variante se implementa na língua ou desaparece”. (MARTELOTTA, 2017, p. 142)

Desse modo, seus estudos constataam a originalidade das variações, buscando os fatores influentes para que determinado grupo social utilize uma forma de comunicação, isto é, uma variante, comum para os falantes pertencentes ao contexto em que se estabelece. Fato esse, que possibilita a análise das diversas variantes que ocorrem na língua, bem como, sua frequência de uso, onde pode-se destacar “as gírias”, utilizadas em contextos informais, como em conversa descontraída entre amigos da escola.

O contexto situacional é responsável por uma série de variações linguísticas. Dependendo da situação em que o falante se encontre, ele utiliza mecanismos linguísticos diferentes para se expressar. Assim, a sua linguagem apresenta diferenças lexicais, gramaticais e fonéticas distintas devido ao contexto, ao ouvinte ou ao um meio através do qual a informação é transmitida (fala ou escrita, carta, e-mail, artigo, etc.) (MARTELOTTA, 2017, p. 145)

Neste caso, o autor destaca a variação em decorrência da pragmática, ou seja o contexto imediato em que ocorre a fala, utilizando o exemplo da “gíria”, pode-se abordar que existem situações adequadas para que elas sejam usadas na comunicação, por exemplo, aquele aluno que usa gírias em conversas com seus amigos, situação informal, não deve utiliza-la em uma apresentação de seminário, situação formal, que requer uma linguagem mais adequada para aquele contexto.

Portanto, as variações são fundamentais para a sistematicidade da linguagem. Todavia aqueles que detém uso das variações linguísticas estão sujeitos a sofrer um tipo de preconceito, o “linguístico”, pois na medida em que se estabelece uma “língua padrão”, a importância que a concebe, torna as demais variedades improprias de serem propagadas. Tema que será abordado no capítulo a seguir.

3 O PRECONCEITO LINGUÍSTICO

O termo “preconceito” resulta da ideia antecipada que se cria sobre um fato social, tais como, orientação sexual, etnia, condição socioeconômica, modo de falar, entre outros. São julgamentos formulados sem fundamentos científicos, manifestados em detrimento de não aceitar e respeitar o diferente do outro, conseqüentemente, afeta a população brasileira, deixando os sujeitos envolvidos à mercê de atitudes discriminatórias, capaz de gerar desentendimentos e exclusão social. Como destaca Lucia Barroco:

O preconceito está presente em diversas práticas de discriminação contra formas de vida e modos de comportamento que não são aceitos em suas diferenças e particularidades. Mas os diferentes preconceitos – contra mulheres, negros/as, homossexuais, imigrantes, idosos/as, pessoas com deficiência, entre outros/as – comungam de uma mesma atitude, de um mesmo comportamento e forma de pensar. (BARROCO, 2016, p. 07)

Deste modo, é um assunto que vem ganhando destaque ao longo do tempo, na tentativa de conscientizar a população a respeito desse comportamento. São diversas as tentativas, em prol da melhoria no convívio social, que dá-se à por meio de palestras, propagandas, campanhas, debates nas instituições de ensino, etc. é uma tarefa árdua, que aos poucos vai surtindo efeito, trazendo resultados positivos, provocando reflexões nos indivíduos a respeito de seus atos com o próximo, embora ainda há resistência por parte de alguns.

No entanto, segundo o linguista Marcos Bagno (2007), essa atitude ainda não se aplica a todo tipo de preconceito, por conta disso, critica a tendência de luta contra os vários tipos de preconceito não ter chegado ao preconceito linguístico, pois segundo o autor: “o que vemos é esse preconceito ser alimentado diariamente em programas de televisão e de rádio, em colunas de jornal e revista, em livros e manuais que pretendem ensinar o que é *certo* e o que é *errado*”. (BAGNO, 2007, p. 13)

É sabido que os meios de comunicação, televisão e rádio, favorecem a disseminação rápida das informações relativas à sociedade, são eles responsáveis por noticiar os acontecimentos em tempo real. Porém, podem tornar-se um recurso desfavorável para os falantes das variedades linguísticas, ao passo que corroboram na propagação da existência de um modo “correto” de falar a língua materna.

Nesse sentido, Leite (2008) destaca:

A intolerância linguística existe e é tão agressiva quanto outra qualquer, pois atinge o cerne das individualidades. A linguagem é o que o homem tem de mais íntimo e o que representa a sua subjetividade. Não é exagero, portanto, dizer que uma crítica à linguagem do outro é uma arma que fere tanto quanto todas as armas. (LEITE, 2008, p.13)

Perante essa prerrogativa, a intolerância linguística resulta do regulamento existente entre os usos linguísticos de um mesmo idioma, que a princípio determina um modo de uso como mais exato e hierarquiza as demais variantes, que consistem em aceitáveis ou reprimidas. Esse uso mais correto, é posto pela norma explícita de uma determinada língua, concebida de norma culta.

Diante do exposto, é inviável alimentar essa hierarquia, pois com vimos no capítulo anterior, a língua é social e deste modo varia, dando origem a diversos modos de falar um mesmo idioma, ou seja, as variações linguísticas. Quando estas passam a ser menosprezadas, inferiorizando os faltantes que a exaltam, ocorre o preconceito linguístico, concebido de uma prática de discriminação, realizado por meio de atitudes que julgam, menosprezam e excluem pessoas no convívio social.

Sobre isso, Marcos Bagno (2007) define que:

O preconceito linguístico se baseia na crença de que só existe uma única língua portuguesa digna deste nome e que seria a língua ensinada nas escolas, explicada nas gramáticas e catalogada nos dicionários. Qualquer manifestação linguística que escape desse triângulo escola-gramática-dicionário é considerada, sob a ótica do preconceito linguístico, “errada, feia, estropiada, rudimentar, deficiente”, e não é raro a gente ouvir que “isso não é português”. (BAGNO, 2007, p.40)

Partindo dessa premissa, o autor revela um dos fatores influentes na origem do preconceito linguístico, que é acreditar na existência de uma língua única e homogênea, descartando qualquer possibilidade de variações no uso da linguagem, pois aquilo que é diferente foge do “padrão” da língua portuguesa. É importante ponderar, que no Brasil existe uma grande quantidade de línguas espalhadas por todo país, advindas de sobreviventes indígenas e imigrantes estrangeiros.

É de suma importância levar em consideração a existências dessas variedades linguísticas que permeiam em nossa nação, pois como destaca Bagno “não existe nenhuma língua que seja só uma”. (BAGNO, 2008, p. 18) Visto que elas estão sujeitas a influências culturais diversas, tais como, de Africanos, japoneses, Italianos, Alemães, coreanos, etc. culminado na propagação de dialetos com

características diversas. Outro fator que causa o preconceito, advém da gramática, nesse sentido, o autor pontua:

O preconceito linguístico está ligado, em boa medida, à confusão que foi criada, no curso da história, entre língua e gramática normativa. Nossa tarefa mais urgente é desfazer essa confusão. Uma receita de bolo não é um bolo, o molde de um vestido não é um vestido, um mapa-múndi não é o mundo... Também a gramática não é a língua. (BAGNO, 2007, p. 09)

É notório que a gramática normativa, desde o princípio vem fazendo parte do contexto escolar dos indivíduos, que ao iniciarem a educação básica começam a aprender os elementos que formam os vocábulos, a concordância nominal e verbal, análises sintáticas, dentre outros conteúdos gramaticais. Todo esse trabalho realizado pelo professor de português, possui um único objetivo, ensinar o “modo correto” de usar a nossa língua, a LPB.

Acontece, que esse fato cria uma rotulação de “certo” e “errado”, valorizando a norma culta, está que segundo Bagno (2007) é mal definida, estabelecendo uma forma única de falar, e taxa as demais manifestações linguísticas de “deficientes”, como se não tivessem valor algum, podendo ser desprezadas. Isso leva os falantes na norma culta, fazerem julgamentos maldosos com sujeitos que se expressam de modo diferente.

O outro fator é social, levando em consideração a injusta divisão socioeconômica brasileira, que separa a população em classes de acordo com seu nível aquisitivo, formando uma pirâmide, onde no topo estão as pessoas “cultas” da sociedade, políticos, empresários, etc. E na parte baixa estão as pessoas pobres e oprimidas, trabalhadores que enfrentam diariamente as mazelas, injustiças, o caos, e ainda preconceito.

Sobre isso Bagno (2007) afirma:

São essas graves diferenças de status social que explicam a existência, em nosso país, de um verdadeiro abismo linguístico entre os falantes das variedades não-padrão do português brasileiro — que são a maioria de nossa população — e os falantes da (suposta) variedade culta, em geral mal definida, que é a língua ensinada na escola. (BAGNO, 2007, p. 16)

Assim sendo, as diferenças de status implicam grandemente na propagação do preconceito, como citou Bagno, visto que, como já discutido anteriormente, o domínio do “português padrão”, é posto como um instrumento de poder, ou seja, os falantes da norma culta utilizam a língua como se ela implicasse na elevação de status

social. É notável, que eles possuem uma realidade educacional de boa qualidade, com recursos que favorecem a educação.

Em contrapartida, os sujeitos falantes da variedade não padrão, possuem uma realidade diferente, muitos são analfabetos, pois não tiveram o acesso à educação, e os poucos alfabetizados, com uma educação precária, de baixos rendimentos, não chegam ao nível da norma culta. Consequentemente, vem a exclusão social, pois a camada menos privilegiada da sociedade permanece a margem de um paradigma construído ao longo do tempo, que os põem como malfalantes da língua portuguesa. Porquanto, reforça a ideia de que a linguagem permanece servindo também de status social.

Nesse aspecto o preconceito linguístico vai se propagando na sociedade, encarado por muitos como algo natural, vejamos: “o preconceito linguístico fica bastante claro numa série de afirmações que já fazem parte da imagem (negativa) que o brasileiro tem de si mesmo e da língua falada por aqui”. (BAGNO, 2007, p. 13) É visível que não é dado relevância para esse preconceito, o que dificulta mais ainda a tentativa de conscientizar a sociedade quanto essa prática social, assim, muitos estão sujeitos a sofrer as consequências por usar uma linguagem que foge da norma padrão, como destaca Lucia Barroco:

Os indivíduos vitimizados pelo preconceito são atingidos em diferentes níveis de humilhação e sofrimento, que interferem na totalidade de suas vidas, em sua subjetividade e sociabilidade, acarretando prejuízos físicos, emocionais, psicológicos, que podem se objetivar de forma mais ou menos violenta. Entre outros elementos, isso se explica especialmente porque o preconceito se traduz pela negação daquilo que constitui centralmente sua identidade como sujeito. (BARROCO, 2016, p. 19)

É notável que o preconceito linguístico, do mesmo modo que outros, importuna sequelas no cotidiano dos falantes, vítimas de discriminação por não seguirem as regras da gramática normativa, ficando às margem de humilhação, gerando conflitos, inferiorizando, julgando o modo de falar das pessoas, pelo fato de fulgirem a norma culta, logo, é necessário refletir sobre a língua em seu aspecto social, determinada pela sociedade, estando sujeita a mudanças a todo instante.

Por isso, a criança vítima de escárnio por adentrar à escola utilizando uma linguagem diferente, que faz parte do contexto social da sua comunidade, tende a sentir-se desprezada, o que pode resultar na exclusão desse aluno, caso ele fique

com receio de interagir, em decorrência das atitudes que o deprecia, podendo ou não reagir de maneira agressiva com aqueles que foram preconceituosos com ele.

Sobre isso Cagliari (2007) ressalva:

Para o aluno, o respeito às variedades linguísticas muitas vezes significa a compreensão do seu mundo e dos outros. Um aluno na escola não pode chegar à conclusão que seus pais são “burros” porque falam errado, não pode achar que as pessoas de sua comunidade são incapazes porque falam errado, não têm valor porque falam errado, ao passo que a cultura só está com quem fala o dialeto padrão, que a lógica do raciocínio só pode ser expressa nessa variedade linguística, que o bom, belo e perfeito só pode ser expresso através das “palavras bonitas” do dialeto-padrão. (CAGLIARI, 2007, p. 83)

Segundo o autor, o aluno não pode associar ao erro a linguagem característica do meio social a qual faz parte, é fundamental que ele tenha seu modo de falar valorizado no ambiente escolar, ao mesmo tempo terá sua cultura respeitada. Logo, o fato do estudante precisar ter conhecimento do dialeto-padrão, regulamentado pela gramática normativa, para complementar seus conhecimentos sobre a língua materna, não deve implicar na desvalorização da linguagem que ele já possui.

Diante ao exposto, vale ressaltar o quão é importante compreender a seriedade que há por traz do preconceito linguístico, os postulados aqui abordados revelam a tentativa de provocar reflexões na sociedade acerca dessa temática, advertindo que essa prática necessita ser evitada. Portanto, é essencial pensar na língua como um todo, e não apenas na definição posta pela gramática, que considera “erro” tudo aquilo que foge dos padrões da norma culta.

3.1 Afinal, o que é erro de português?

O preconceito linguístico se baseia na crença de que existem erros na utilização na língua, no entanto, é preciso ponderar a noção real do que seja um erro de português do ponto de vista linguístico. Segundo Bagno, “a noção de erro é muito cômoda, pois ela dispensa a gente de ir mais fundo e descobrir as verdadeiras razões que levam o PNP ser como é”. (BAGNO, 2008, p. 32) Isto é, classificar uma expressão como errada, é mais fácil, isenta o trabalho de buscar e entender os fatores influentes que culminam para sua existência.

Tudo se resume em julgar, isso porque, do ponto de vista do senso comum, é classificado como “erro de português”, todo uso da linguagem que não atende os

padrões normativos de tradição oral e escrita. Cabe levar em consideração, por exemplo, que uma pessoa analfabeta não conhece as normas gramaticais, no entanto, necessita se comunicar no dia a dia, se levarmos em conta essa definição de erro, vamos considerar que aquela pessoa não sabe falar sua língua materna, pois fala tudo errado.

Em suma, Bagno questiona:

“Como chamar de erros fenômenos que acontecem de Norte a Sul do Brasil? Como é que tanta gente consegue cometer os mesmos ‘erros’ ao mesmo tempo? Se milhões de pessoas por este Brasil afora dizem “os óio”, onde você esperaria “os olhos”, será possível falar de “erro comum”, como gostam de dizer os gramáticos tradicionais? Não seria o caso de falar de “acerto comum”? (BAGNO, 2008, p. 34)

Com as indagações do autor, é possível perceber que quando uma variante passa a ser empregada por uma grande massa, ela se torna uma expressão comum, e não deve ser posta como um “erro de português”, pois existe uma razão que motiva essas ocorrências. O que Bagno (2008) busca explicar ao analisar a história da língua, que permanece em constante transformação, e comparar o PNP com as demais línguas vivas, para mostrar que com elas acontece o mesmo, ou seja, não é erro e sim um fenômeno.

Afinal, como cita o autor: “Ver o que é diferente como algo errado, aliás, é um fenômeno muitíssimo antigo”, (BAGNO, 2008, p. 32) levando em consideração as mudanças pelas quais as línguas passam, é visível que o comum de hoje, pode tornar-se diferente amanhã, pois tudo pode mudar com o tempo, acontece, que na hora de julgar o “erro”, é um detalhe mínimo que computa e não o contexto geral.

Logo, Bagno esclarece:

A noção de erro tem que ser reservada para problemas individuais [...] se alguém ao invés de dizer *cavalo* diz *cafalo*, este sim estará cometendo um erro, devido talvez a problemas físicos na audição ou na fonação, pois essa forma não é registrada em nenhuma variedade do português do Brasil. Mas dizer *pranta* no lugar de planta não é um erro: é um fenômeno chamado de “rotacismo”, que acontece nas mais diversas regiões do país e que participou da formação da língua portuguesa padrão ao longo dos séculos. (BAGNO, 2008, p. 35)

Nesse sentido, o autor atenta para a questão individual, onde existe sim possibilidade de erro, relativos a outros fatores e não à variação, pois nem tudo que se fala pode ser considerado variação linguísticas, visto que, estas ao serem

estudadas pela sociolinguística, são registradas e identificadas pelo número de ocorrências que elas possuem, ou seja, os estudos linguísticos provam que elas não são “erros de português”.

Além do que já foi exposto, há um outro fator que atrela a noção de “erro” de acordo com a posição social que um sujeito ocupa, aqueles que possuem maior valor aquisitivo, ao cometerem um equívoco com a linguagem passam despercebidos, enquanto que, se for um indivíduo de baixa posição social, é instantaneamente julgado, mais um exemplo de desigualdades sociais propagando o preconceito linguístico.

Por fim, o que é designado de “erro”, ocasionando o preconceito linguístico, na maioria das vezes são apenas modos distintos de empregar a língua, logo, a definição de “erro” do senso comum é vaga, não se aplica a qualquer situação de uso real da fala. Portanto, para fazer uma abordagem aprofundada sobre esse assunto e os demais discutidos até aqui, o capítulo seguinte traz a análise de uma obra que retrata todos esses aspectos, assim como outras colocações que dizem respeito ao preconceito linguístico.

4 METODOLOGIA

O presente trabalho é uma pesquisa qualitativa realizada por meio do método explicativo, onde buscou investigar as concepções de Marcos Bagno sobre o preconceito linguístico na sociedade brasileira. Para isso, foi realizada a pesquisa bibliográfica, que permite apuração aprofundada de conhecimentos a respeito do tema em estudo.

Autor das obras analisadas, Marcos Bagno, nascido em 1961, é tradutor, escritor e linguista, Doutor em Filologia e Língua Portuguesa pela Universidade de São Paulo (USP). Professor de linguística da Universidade de Brasília. É um profissional de grande influência, atuante em diversas conferências internacionais. Recebeu vários prêmios, entre os quais, o Prêmio Nestlé de Literatura Brasileira (1988) e Prêmio Carlos Drummond de Andrade de Poesia (1989). Possui ainda, uma ampla publicação de livros, tais como: *A língua de Eulália: novela sociolinguística; Português ou Brasileiro? Um convite a pesquisa, Preconceito Linguístico*, entre outros.

O aporte teórico da pesquisa é ancorado nos estudos de renomados no campo da sociolinguística, em que se destaca: Saussure (1970), Martelotta (2017), Marcuschi (2007), Signorini (2002), Bortoni (2005), Soares (2007), Bagno (2007), entre outros teóricos que abordam concepções de língua, variação linguística e preconceito linguístico.

A coleta para análise dos dados foi obtida nas obras: *Preconceito linguístico o que é, como se faz*; *A língua de Eulália: novela sociolinguística* e *Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística*. Com o objetivo de discutir as abordagens que Bagno realiza sobre preconceito linguístico, desse modo foram selecionados trechos dos livros que remetem ao tema em estudo, por conseguinte foram expostas as observações e discussões dos resultados.

5 ANÁLISE DE DADOS E DISCUSSÕES DOS RESULTADOS

Esta pesquisa foi realizada em três obras de Marcos Bagno: *Preconceito linguístico o que é, como se faz*; *A língua de Eulália: novela sociolinguística* e *Nada na língua é por acaso*. Com o objetivo de analisar o preconceito linguístico, de como o autor manifesta sua linha de pensamento a respeito da discriminação com o falar diferente, trazendo os resultados das ponderações realizadas por ele, de forma a manter o leitor ciente das investigações relativas à temática, observadas a seguir:

Imagem 1 – Livro “Preconceito linguístico o que é, como se faz”



Fonte: Internet

Esse é o livro base para se compreender a originalidade do preconceito linguístico no Brasil, as abordagens que se destacam sobre o tema são: a mitologia do preconceito linguístico, o círculo vicioso do preconceito linguístico e a desconstrução do preconceito linguístico. Desse modo, Bagno convida o leitor para juntos refletirem sobre os meios eficazes para combater as atitudes que menosprezam o modo de falar dos cidadãos brasileiros que utilizam variações linguísticas.

As primeiras discussões referem-se a mitologia, onde são expostas as principais razões que propagam esse tipo de preconceito na sociedade. Ao expor os oito mitos, o autor tece críticas sobre eles e argumenta sobre as conclusões a que chegou para desmistificá-los. No quadro abaixo são elencados os mitos e posteriormente serão analisados individualmente.

Quadro 1 – A mitologia do preconceito linguístico

- 1) **Alíngua portuguesa falada no Brasil apresenta uma unidade surpreendente**
- 2) **Brasileiro não sabe português/ só em Portugal se fala bem português**
- 3) **Português é muito difícil**
- 4) **As pessoas sem instrução falam tudo errado**
- 5) **O lugar onde melhor se fala português é no Maranhão**
- 6) **O certo é falar assim porque se escreve assim**
- 7) **É preciso saber gramática para falar e escrever bem**
- 8) **O domínio da norma culta é um instrumento de ascensão social**

Fonte: Própria

MITO 1

A língua portuguesa falada no Brasil apresenta uma unidade surpreendente

“Embora a língua falada pela grande maioria da população seja o português, esse português apresenta um alto grau de diversidade e variabilidade”. (BAGNO, 2007, p. 26)

Esse é considerado pelo autor um dos maiores mitos que perdura na sociedade, capaz de fazer inclusive pessoas de grandes visões críticas se enganar por ele. E para exemplificar utiliza uma fala de Darcy Ribeiro que diz: “os brasileiros são, hoje um dos povos mais homogêneos linguística e culturalmente [...] falam uma mesma língua, sem dialetos”. (BAGNO, 2007, p. 16) Ele critica esse posicionamento, pois considerar que um país de grande pluralidade possui uma única unidade linguística, não condiz com a realidade social,

Ao expor esse mito Bagno tem a finalidade de abolir com a ideia de “língua única” para toda nação brasileira, pois isso marginaliza os falantes das variações linguísticas fortalecendo a discriminação social. Desse modo, defende a língua como heterogênea e que ser reconhecida como tal é de suma importância para evitar práticas de preconceito.

MITO 2

Brasileiro não sabe português/ só em Portugal se fala bem português

“O brasileiro sabe português, sim. O que acontece é que nosso português é diferente do português falado em Portugal”. (BAGNO, 2007, p. 23)

Alega um nível de inferioridade da sociedade brasileira em relação a de Portugal. Assim, Bagno defende a língua portuguesa alegando-a ser bem falada e bem escrita no Brasil, exemplificando por meio da música popular e literatura brasileira que ganharam reconhecimento internacional. Critica o fato do ensino no Brasil ainda seguir a norma linguística de Portugal, mantendo-nos atrelados a eles, o que para o autor já havia de ter sido separado.

Diante do exposto, esse mito se propaga devido a ilusão de que em Portugal mantém a fala e a escrita seguindo fielmente as regras gramaticais, o que na verdade trata-se de um equívoco, pois lá eles também cometem fugas as regras. E mais uma vez, Bagno declara que somos diferentes, portanto, não há como tentar se igualar a eles. assim, a ideia de que “brasileiro não sabe português” tem que ser extinta de vez.

MITO 3

Português é muito difícil

“No dia em que nosso ensino de Português se concentrar no uso real, vivo e verdadeiro da língua portuguesa do Brasil é bem provável que ninguém mais continue a repetir essa bobagem”. (BAGNO, 2007, p. 35)

Nesse mito há uma relação com o anterior, pois se sustenta pelo fato de o ensino da língua portuguesa no Brasil permanecer ancorado às regras linguísticas de Portugal, fazendo com que o aluno tenha que decorar conceitos e regras que não lhe compete. Isto é, foi adotado um idioma de uma cultura diferente, o que implica não levar em consideração o uso real do PB, a exemplo disso, Bagno cita a regência verbal, por meio da frase “assistir ao filme” ensina na escola seguindo a norma de Portugal. No entanto, o aluno essa forma como “correta” de uso, fora do ambiente escolar ele fala: “assisti o filme”, o autor explica isso pelo fato de a gramática intuitiva brasileira não sentir a necessidade daquela preposição “a”.

Segundo o autor, essa forma “correta” de uso linguístico, ganha espaço na mídia, rádio e televisão, entre outros, disseminando que só os estudos das regras gramaticais podem evitar que a língua portuguesa caia em declínio. Submetendo os brasileiros a permanecerem no ensino tradicional, decorando e seguindo regras gramaticais, o que corrobora para ideia de que “português é difícil”. visto que, essa é mais uma ideia com o intuito de manutenção de status das classes sociais privilegiadas, que fazem da língua um instrumento de poder.

MITO 4

As pessoas sem instrução falam tudo errado

“Nesse caso o preconceito linguístico é decorrência de um preconceito social”, (BAGNO. 2007, p. 43)

Bagno alega que o problema não está no que se fala, porém quem fala, isto é, uma questão social e política que marginaliza a classe oprimida da sociedade e prestigia a camada elevada. Portanto, é notório que o problema implica evidentemente com a camada pobre da sociedade, os falantes da língua não-padrão, devido ter sido enraizado o “mito da língua única”, fazendo com que as variedades sejam tidas como “errada, feia, deficiente e até mesmo que não é português”. perpetuando assim o que ele chama de “abismo linguístico”, que resulta na exclusão social.

MITO 5

O lugar onde melhor se fala português é no Maranhão

"O que acontece com o português do Maranhão em relação ao português do resto do país, é o mesmo que acontece com o português de Portugal em relação ao português do Brasil: não existe nenhuma variedade nacional, regional ou local que seja intrinsecamente 'melhor' que a outra". (BAGNO, 2007, p. 47)

Ressalva apenas uma ideia sem fundamentos científicos que relaciona mais uma vez o português do Brasil com o de Portugal. Isso se mantém, segundo o autor pelo fato do pronome “tu” seguir as formas verbais clássicas: tu vais, tu queres, tu cantavas, etc. Assim, Bagno salienta que toda variação da língua atende a necessidade de seu povo, ou seja, as circunstâncias e o contexto são determinantes do modo que os sujeitos irão utilizar a fala. E logo, aborda a necessidade de romper

com a titulação de “melhor” ou “pior” português falado, e passar a valorizar as variedades linguísticas, pois cada região possui na linguagem peculiaridades relativas ao contexto social e cultural daquela comunidade.

MITO 6

O certo é falar assim porque se escreve assim

“Seria mais justo e democrático dizer ao aluno que ele pode dizer ‘bunito’ ou ‘bonito’, mas que só pode escrever ‘bonito’, porque é necessária uma ortografia única para toda a língua”. (BAGNO, 2007, p. 53)

O autor ressalva o prestígio que a escrita detém sobre a fala, ele reconhece a importância do ensino voltado para ortografia oficial, no entanto questiona que isso refleti na oralidade, tornando a língua falada “artificial” que obrigada o aluno a pronunciar “da mesma maneira que se escreve, essa valorização da escrita é para o autor mais uma forma de preconceito.

Ressalva ainda, a importância da fala para os estudos científicos, visto que nela ocorrem as variações linguística, estudo esse que ocorreu de forma tardia, com o nascimento da ciência linguística no início do século XX. E critica a gramática tradicional por desprezar os fenômenos da língua oral impondo sua norma padrão como única e aceitável forma de falar, com isso atenta para o fato de desconfiar das “gramáticas da língua portuguesa” sem especificar seu objeto de estudo.

MITO 7

É preciso saber gramática para falar e escrever bem

“Afim, se fosse assim, todos os gramáticos seriam grandes escritores (o que está longe de ser verdade) e os bons escritores seriam especialistas em gramática”. (BAGNO, 2007, p. 62)

O autor coloca em evidência um equívoco a essa designação, isso se dá pelo domínio que a gramática possui, visto que ela exerce papel determinante da norma padrão da língua, ditando as regras linguísticas de como deve-se escrever e falar nosso idioma.

Para sustentar essa tese, recorre-se a discursos de grandes escritores que alegam o fato de não possuírem domínio gramatical. E ainda cita obras como *Ilíada* e *Odisseia* tão bem escritas, sem consultar nenhuma gramática, conforme isso, pontua que a existência da gramática advém de poder e controle, tornando a língua subordinada a ela e que os falantes carecem desse instrumento para poderem falar e escrever bem.

Segundo o autor, a gramática não “estabelece a norma culta” e sim, possui “a tarefa de definir, identificar e localizar os falantes cultos, coletar a língua usada por eles e descrever essa língua de forma clara, objetiva e com critérios teóricos e metodológicos coerentes”. (BAGNO, 2007, p. 65) Desse modo, não deveria ser instrumento de poder sobre a língua, portanto pontua a importância de desfazer esse mito.

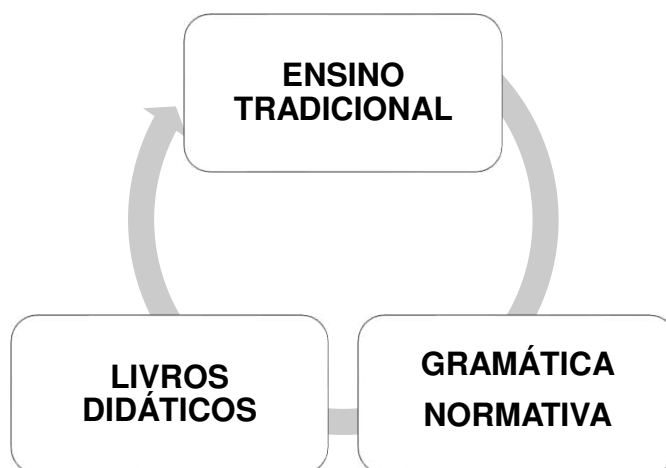
MITO 8

O domínio da norma culta é um instrumento de ascensão social

“Achar que basta ensinar a norma culta a uma criança pobre para que ela ‘suba na vida’ é o mesmo que achar que é preciso aumentar o número de policiais na rua e vagas nas penitenciárias para resolver o problema da violência urbana”. (BAGNO, 2007, p. 70)

Bagno traz uma reflexão de que se isso fosse real, seriam os professores a estar no topo da pirâmide social, não entanto, sabe-se que não estão. Segundo ele, de nada serve a norma culta se o indivíduo não tem seus direitos reconhecidos.

Assim, admite-se que, não é a norma culta que irá solucionar os problemas sociais da população, mas sim o acesso à educação, cultura, saúde, habitação, transporte, entre outros direitos fundamentais ao ser humano, tendo em vista que as desigualdades sociais jamais possibilitará “ascensão” social dos sujeitos oprimidos da sociedade, pois enquanto uns permanecem no topo da pirâmide social, outros estão à margem da sociedade, sofrendo mazelas, discriminação e sendo vítimas de preconceitos.



A segunda abordagem remete ao *O círculo vicioso do preconceito linguístico*, aborda os três elementos que são quatro, formado pela união da gramática tradicional, os métodos tradicionais de ensino e os livros didáticos, Bagno explica como ele se forma: “a gramática tradicional inspira a prática de ensino, que por sua vez provoca o surgimento da indústria do livro didático, cujos autores – fechando o círculo – recorrem à gramática tradicional como fonte de concepções e teorias sobre a língua”. (BAGNO, 2007, p. 72-73)

E para completar, acrescenta um quarto elemento a que chama de “comandos paragramaticais”, ou seja, os manuais, programas de rádio e televisão, colunas de jornal e revista, entre outros, que para o autor, “Tudo o que elas fazem de concreto é perpetuar as velhas noções de que brasileiro não sabe português e de que português é muito difícil”. (BAGNO, 2007, p. 77) Segundo ele, a influência desse elemento seria eficaz se servisse para abolir com os mitos do preconceito linguístico, mostrando o que há de fascinante no estudo da língua.

Nesse aspecto, tece críticas pelo fato de esse círculo ainda permanecer no ambiente escolar como única forma de conhecimento linguístico, restringindo o conhecimento de língua a gramática normativa, sendo que ela descreve apenas uma parcela do que seja de fato a língua portuguesa. Nesse sentido ressalva a importância de inovação desse método tradicional de ensino, que segundo o autor, não proporciona toda noção linguística que o aluno necessita aprender.

E assim completa suas ponderações com *A desconstrução do preconceito linguístico*, o autor reconhece que não é possível acabar com preconceito de uma hora para outra, no entanto, destaca medidas que devem ser adotadas pelos professores, tais como, manter-se informados para terem a capacidade de produzir seu próprio

conhecimento linguístico, teórico e prático, rompendo com a doutrina reprodutora do ensino tradicional, assumindo uma postura crítica, mostrando a toda sociedade que a linguagem evolui, assim como as demais ciências também. Nesse sentido, destaca no quadro abaixo as mudanças necessárias aos professores:

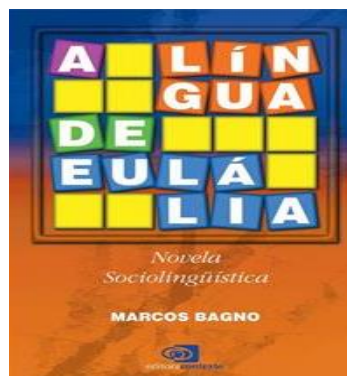
Quadro 2 – As “dez cisões”

- 1) Conscientizar-se de que todo falante nativo sabe a língua**
- 2) Aceitar a ideia de que não existe erro de português**
- 3) Não confundir erro de português com erro de ortografia**
- 4) Reconhecer que erro é um fenômeno que tem explicação científica**
- 5) Conscientizar-se de que toda língua muda e varia**
- 6) Dar-se conta de que a língua portuguesa segue em evolução**
- 7) Respeitar a variedade linguística de todos**
- 8) A língua nos constitui enquanto seres humanos**
- 9) O professor de português é professor de TUDO**
- 10) Ensinar bem é ensinar para o bem**

Fonte: Própria

Sendo dedicadas aos profissionais da educação, tendo em vista, que esses são os profissionais que formam cidadãos para atuarem na sociedade com postura crítica, Bagno destaca as noções de ensino de língua, que devem agregar em suas aulas, o que ele nomeia de “Dez cisões”, são posturas que mostram a grandiosidade da língua abordando questões como variações, o erro como um fenômeno explicável, que todo falante sabe falar sua língua materna, entre outras.

Imagem 2 – Livro “A língua de Eulália: novela sociolinguística”



Fonte: Internet

A abordagem do preconceito linguístico nessa obra é feita de forma clara e objetiva, com o intuito de valorizar o PNP para que este deixe de ser alvo de julgamentos equivocados. Inicialmente, Bagno apresenta um exemplo de prática de discriminação com o modo de falar da personagem Eulália, o que representa os seres estigmatizados pelo fato de apresentarem um dialeto diferente daquele posto pela gramática normativa. Exemplo esse observável no trecho a seguir:

**"__ Mas ela fala tudo errado. isso para mim estraga qualquer sabedoria. __
Eu tive que me segurar para não rir quando ela disse aquelas coisas na
mesa. [...] os probrema, os fósfro, môio ingrês". (BAGNO, 2008, p.14)**

Essa fala remete a questão do “erro”, que considera uma variante da língua como “falha de português”, revelando uma atitude preconceituosa decorrente do não conhecimento das variações linguísticas. Desse modo, o autor explica que “a fala de Eulália não é errada: é diferente. É o português de uma classe social diferente”. (BAGNO, 2008, p. 15) o fato é, que se torna mais cômodo julgar uma variante da língua do que buscar compreender as razões que fazem ela existir, e como já esclarecido anteriormente o “erro” é um fenômeno com explicação científica, desse modo é inválido julgar uma variante como um “desacerto”.

Nesse aspecto, o autor salienta que o fato da desinformação sobre as noções de língua, linguagem e linguística, sobretudo o desconhecimento dos fenômenos linguísticos como a vocalização, assimilação e rotacismo que explicam cientificamente as ocorrências de troca de letras ao pronunciar algumas palavras, (probrema, fósfro, môio ingrês) fazem com que sejam rotuladas como “erros de português”. Visto que, esses fenômenos são característicos das variedades não-padrão da língua.

Assim sendo, o trecho destacado revela um julgamento equivocado com uma expressão linguística, isso se dá devido a prevalência de uma norma-padrão, que rotula um modo ideal de falar o PB, como se ela constituísse a representação única dos falantes desse idioma. E essa norma recebe tanto prestígio social, que faz com que as variedades da língua sejam ponderadas como “erradas”.

A consequência desse prestígio é claramente exposta no exemplo apresentado, incide que, como cita o BAGNO (2008) onde contém variação há

também avaliação, ou seja, as pessoas falantes do PNP, seres analfabetos ou com escolarização abaixo do nível da norma culta, estão sempre sujeitos a julgamentos dos falantes escolarizados que possuem maior domínio gramatical, que diante da situação aproveitam para “rir”, “sentir pena”, “discriminar”, deixando evidente a distância social, econômica e cultural com aquele cidadão, o que caracteriza o preconceito linguístico.

Após exemplificar uma prática de preconceito e tecer críticas sobre ela, o autor enfatiza a importância de valorizar as variações linguísticas, no intuito de transformar essa realidade, o que só é possível com uma mudança de atitude de toda a população brasileira, sobretudo no âmbito educacional, a importância dessa valorização é posta do trecho a seguir:

“Se todos compreendêssemos que o PNP é uma língua como qualquer outra, com regras coerentes, com uma lógica linguística perfeitamente demonstrável, talvez fosse possível abandonar os preconceitos que vigam hoje em dia no nosso ensino de língua”. (BAGNO, 2008, p. 31)

Esse trecho realça a noção de que não existe língua melhor que a outra, cada modo de falar a língua materna é característico da identidade cultural da comunidade a qual pertence aquele dialeto, e que a população brasileira carece ter esse conhecimento, tomando consciência para evitar atos discriminatórios. Dessa forma, mudar de atitude é o fator primordial.

Tendo em vista que todos devem fazer sua parte, em especial os professores de língua portuguesa, a quem são atribuídos a tarefa de ensinar a Norma culta. Portanto, Bagno estabelece as medidas que carecem ser adotadas, tais como, recusar argumentos que menosprezam o saber linguístico, se impor como falantes da língua materna, parar de acreditar que ‘brasileiro não sabe português’, que ‘português é muito difícil’, que os habitantes da classe oprimida falam tudo errado, acionar o nosso senso crítico com os comandos paragramatical.

Um outro ponto que Bagno volta a enfatizar, é relacionado a precária distribuição de renda no Brasil, onde a classe privilegiada é composta pela minoria da população e a classe oprimida abrange uma quantidade maior de habitantes. O que

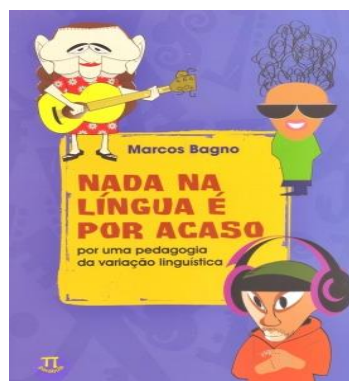
torna as diferenças sociais e econômicas maiores do que as diferenças linguísticas, e consequentemente interfere na avaliação de uma variedade não-padrão.

“As semelhanças entre as variedades do português do Brasil são muito maiores do que as diferenças... E essa é uma verdade que devemos sempre salientar, na qual devemos nos apoiar se quisermos provocar uma mudança de atitude, se nos pusermos a combater o preconceito linguístico, que se apoia nas diferenças”. (BAGNO, 2008, p. 39)

Com esse fragmento o autor salienta a postura que deve ser tomada diante das diferenças na língua portuguesa, que como já explicadas, são menores que as sociais, no entanto é essa minoria que conta, sendo alvo de discriminação. Assim sendo, combater essas diferenças é uma forma de abolir com preconceito existente na sociedade brasileira.

Portanto, valorizar a língua não-padrão, não significa estigmatizar a norma culta, logo o autor destaca: “Se assim é, vamos apresentar essa forma linguística elitizada, minoritária, a todos os nossos alunos, para que ela não seja usada contra eles no processo perverso de exclusão social baseada no preconceito linguístico”. (BAGNO, 2008, p. 188) vale ressaltar que o conhecimento linguístico natural do aluno deve ser valorizado, no entanto, ele precisa ter conhecimento da linguagem culta, para saber aplicá-la no momento adequado.

Imagem 3 – Livro “Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística”



Fonte: Internet

As colocações de Marcos Bagno nesse livro, salienta a necessidade de uma metodologia de ensino voltada para valorização das variedades linguística de menor prestígio no ambiente escolar, deixando de encará-las como um problema em sala de aula, como forma de abolir com o preconceito linguístico na sociedade brasileira. Como ressalva no trecho a seguir:

"É muito comum considerar as variedades linguísticas de menor pretígio como inferiores ou erradas. O problema do preconceito disseminado na sociedade em relação às falas dialetais deve ser enfrentado, na escola, como parte do objetivo educacional mais amplo de educação para o respeito à diferença". (BAGNO, 2007, p. 27)

Nesse fragmento o autor reforça que há desvalorização no PNP e que isso deve ser combatido dentro da instituição de ensino. Tendo em vista que a escola possui a missão de formar cidadãos, não só no que se refere conteúdos didático (gramática, literatura, gêneros textuais). Mas, também de promover o desenvolvimento do senso crítico do aluno e principalmente a respeitar as diversidades, sobretudo, o respeito pelo modo de falar de cada indivíduo que utiliza variantes para se comunicar no dia a dia.

Desse modo, é de suma importância rever os métodos de ensino tradicionais no Brasil, observando as regras passadas que ainda possuem domínio atualmente nas escolas de todo o país. Ao fazer essa observação, Bagno destaca que desde o princípio o ensino tinha o intuito de fazer com que o aluno pudesse conhecer de cor todas as classes de palavras, identificar e classificar termos de oração, entre outros, o que para o autor esse método não garante ao aluno total competência da linguagem culta, e ainda de obter conhecimento sobre as variantes da língua.

É pensando em mudar esse cenário de ensino tradicional, que o ele propõe uma metodologia de ensino centrada nas diversidades da língua, pois para o autor "toda e qualquer variedade linguística é plenamente funcional, oferece todos os recursos necessários para que seus falantes interajam socialmente". (BAGNO, 2007, p. 48) Sendo assim, é inviável considerar que existe uma variante mais "certa" que a outra, ou mais "rica", visto que todas possuem sua lógica de funcionamento, ou seja, uma razão de ser, como destaca-se no trecho:

"Tudo o que acontece numa língua viva, falada por seres humanos, tem uma razão de ser. E essa razão de ser não tem nada a ver com a preguiça, o descaso, a corrupção moral, a falta de inteligência, a mistura de raças, e outras alegações preconceituosas que vem sendo repetidas desde antes de Cristo". (BAGNO, 2007, p. 168)

O autor destaca que existe lógica para todas as manifestações que ocorrem na língua, visto que são apenas maneiras diferentes de falar a mesma coisa, e essas diferenças são explicadas nos fenômenos de rotacismo, assimilação, de ordem articulatória, cognitiva e social. Assim ele presa pelo que chama de “reeducação sociolinguística”, ou seja, o embasamento teórico da linguística moderna sobre variação e mudança, conquistadas ao longo do tempo pelas ciências da linguagem.

Logo as manifestações linguísticas não são “erros de português”, o que muitos consideram ser. Elas nascem da ação coletiva dos seres humanos, que diante da necessidade de se congregarem melhor socialmente com o uso da linguagem, buscam enriquecer as palavras já dicionarizadas, apresentando-as de uma forma diferente, com novos modos de interpretar a realidade.

Desse modo o autor pontua: “Quando as pessoas sem conhecimento específico dos processos de mudança falam de ‘erro’, na verdade o que elas estão chamando de ‘erro’ é algum fenômeno de transformação pelo qual a língua está passando”. (BAGNO, 2007, p. 169) Tendo em vista, que a língua é viva e se transforma diante das ações dos próprios falantes.

Cabe ressaltar que a “eliminação da noção de erro” não significa que possa usar tudo em termos de língua em qualquer ambiente, pois isso depende de uma série de fatores, logo deve haver um equilíbrio entre adequabilidade e aceitabilidade, pois esses dois eixos farão com que o falante possa utilizar a língua nos seus variados contextos de forma adequada. Portanto, o contexto de uso determina a linguagem adequada para aquela situação, se é formal ou informal.

"Devemos prestar toda atenção possível ao que está acontecendo no espaço pedagógico em termos de discriminação, desrespeito, humilhação e exclusão por meio da linguagem. É inadmissível, nos dias de hoje, que o modo de falar de uma pessoa continue sendo usado como justificativa para atitudes preconceituosas e humilhantes". (BAGNO, 2007, p. 207)

No âmbito escolar pode haver preconceito tanto da parte dos professores, quando esses não valorizam o conhecimento linguístico que o aluno possui da língua materna, como também da parte dos próprios alunos, uns com os outros. Nesse caso, há necessidade de uma intervenção imediata de mudança no ensino escolar, para combater o preconceito linguístico.

Diante dos expostos é notório a preocupação do autor em relação ao preconceito linguístico na sociedade brasileira, por isso seus trabalhos ressaltam a importância da inovação no ensino escolar, com a prevalência de práticas pedagógicas voltadas para as mudanças e variações que ocorrem na língua. Ele não menospreza o ensino na "norma culta", no entanto, pontua que essa não teve servir de injustiça social com a norma não-padrão.

Assim, a análise realizada nessas obras, nos revelou uma série de elementos que há por trás do preconceito linguístico, levantando pontos que provocam reflexões em quem percorre essas páginas, sendo de fundamental importância serem discutidos em vários campos por onde a linguagem percorre. É preciso levar em consideração que a língua é viva, logo se transforma constantemente, é inviável deixar que condutas preconceituosas com os distintos falares brasileiros continuem fazendo parte da sociedade.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho foi abordado o tema preconceito linguístico, desenvolvendo um estudo que abrange as concepções de língua, sociedade e preconceito, visto que um está atrelado ao outro. Inicialmente, apresentou-se as definições de língua por diferentes linguistas, que a concebem como social e heterogênea, mostrando sua relação indissociável com a sociedade, posteriormente, foi discutido sobre o português padrão como símbolo de poder, e completando esse primeiro momento, discorreu-se sobre as variações linguísticas.

Posteriormente, foram elencadas as primeiras concepções sobre o preconceito linguístico, destacando os aspectos que o origina, bem como os fatores que influenciam sua proliferação, sociais e culturais, dentre eles, o mito da língua única, a gramática normativa, e a pirâmide social, acrescido a discussão da noção equivocada que se faz sobre o “erro de português”.

Diante do exposto, foi de grande relevância discorrer sobre um tema relativamente social, visto que as abordagens realizadas aqui, envolvem a educação e sociedade em geral. Faz-se necessário relembrar, que Bagno criticou o fato de não haver atitudes que imperem contra o preconceito linguístico, desse modo, discutir essa temática, é uma forma de ir quebrando essa barreira, provocando reflexões.

Visto que, em decorrência das diferenças socioculturais brasileira, é viável a perpetuação do preconceito linguístico, já que as divergências multiculturais, no que tange a peculiaridade dos dialetos de cada grupo, incidem as pessoas a fazerem julgamentos umas com as outras, em detrimento das diferenças expressas por cada falante da língua portuguesa no momento da comunicação oral.

Com a análise do preconceito linguístico foi possível alcançar grandes aprendizados, diante das conclusões abordadas pelo autor sobre a mitologia, o círculo vicioso e a desconstrução do preconceito, variação linguística, metodologia de ensino, entre outros. Onde foi possível concluir que o preconceito linguístico resulta das injustiças sociais e devido ao enraizamento de uma norma padrão, que estabelece um modo “correto” de falar nossa língua materna, este que é favorecido pelos meios de comunicação em massa, que insistem em divulgar o mito da “forma única de falar”.

Desse modo consolida-se aqui os objetivos pretendidos com a pesquisa, ao passo de trazer um olhar diferenciado sobre o modo de falar a língua portuguesa, expondo as concepções de Marcos Bagno sobre o preconceito linguístico que regem

sobre eles. Assim, é visível que esse é um tema que merece destaque em todos os âmbitos da sociedade, assim como os tantos preconceitos que abrangem a nação brasileira.

Portanto, as discussões que foram realizadas nesse trabalho, cogitam reflexões que possam causar consciência nos falantes da língua portuguesa, a respeito do preconceito linguístico existente na sociedade brasileira, para que venham valorizar as variações linguísticas, evitando a discriminação os indivíduos que não possuem domínio gramatical.

REFERÊNCIAS

BAGNO, Marcos. **A língua de Eulália**: novela sociolinguística / Marcos Bagno, 15. ed. — São Paulo: Contexto, 2008.

_____: **Língua materna: letramento, variação e ensino**. São Paulo: Parábola, 2002.

_____: **Língua linguagem linguística. Ponto dos pingos nos ii**. São Paulo: Parábola, 2014.

_____: **Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística**. São Paulo: Parábola, 2007.

_____: **Preconceito linguístico: o que é, como se faz**. 49 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

BARROCO, M. L. S. **O que é preconceito?** Brasília: Comissão de Ética e Direitos Humanos CFESS, 2016.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Nós chegemos na escola, e agora?** Sociolinguística e educação. São Paulo: Parábola, 2005.

Brasil. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais** / Secretaria de Educação Fundamental. — Brasília: MEC/SEF, 1997. 126p.

CAGLIARI, Luiz Carlos. **Alfabetização e Linguística**. São Paulo: Scipione, 2007.

LEITE, Marli Quadros. **Preconceito e intolerância na linguagem**. São Paulo: Contexto, 2008.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Da Fala para a Escrita: atividades de retextualização**. São Paulo: Cortez, 2007.

MARTELOTTA, Mário. **Manual da linguística**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2017.

PRETI, Dino. **Sociolinguística: os níveis da fala**. São Paulo: Ed. Nacional, 1982.

PRODANOV, Cleber Cristiano. **Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico** / Cleber Cristiano Prodanov, Ernani Cesar de Freitas. — 2. ed. — Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral**. São Paulo: Cultrix, 1970.

SIGNORINI, Inês. **Linguagem e identidade: elementos para uma discussão no campo aplicado**. Campinas-SP: Mercado de Letras, 2002.

SOARES, Magda. **Alfabetização e Letramento**. 5 ed. São Paulo: Contexto, 2007.